

ATA

V Processo Simplificado de Direito para seleção de estagiários de Pós-Graduação em Direito para a área militar da Defensoria Pública da União no Amazonas

Comissão Especial para Avaliação das Declarações de Pertencimento à População Preta/Parda

Ata de Reunião nº 01/2024

Data: 23.10.2024

Local: Defensoria Pública da União no Amazonas, Manaus

Presenças:

Maria Josélia Amaral de Menezes, Assistente Social da Defensoria Pública da União no Amazonas;

Convidada: Rhaiza Juliana Oliveira Vieira, advogada, cidadã externa à instituição que realiza seleções, com notório saber em políticas de igualdade racial.

Servidor responsável pela ata: Ítalo Guimarães Trindade, Técnico em Assuntos Educacionais da Defensoria Pública da União no Amazonas.

Horário de início: 14h (horário Manaus)

Horário de término: 14:30h (horário Manaus)

No dia 23 de outubro, às quinze horas horário de Brasília (quatorze horas de Manaus), na sede da Defensoria Pública da União no Amazonas em Manaus, situado à Rua Santo Antônio - esquina com as ruas Rio Purus e Jutai S/N, Vieiralves - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP 69053-020, realizou-se reunião da Comissão Especial para Avaliação das Declarações de Pertencimento à População Negra, contando com as presenças acima nominadas para a realização das entrevistas de heteroidentificação. A reunião foi coordenada pelo Advogada Rhaiza Juliana Oliveira Vieira, conforme registro que segue: o objetivo da reunião foi avaliar o enquadramento dos candidatos inscritos Brenda dos Santos Caldas e Lívia Reges de Oliveira, na condição de cotistas. Inicialmente, os membros da Comissão reuniram-se na sede, aguardando o primeiro candidato a entrar, conforme o horário fixado para as entrevistas, com média de 5 minutos para cada um. Logo após a chegada dos candidatos, a primeira foi chamada a comparecer diante da comissão para o início das entrevistas, seguida posteriormente pela próxima candidata. As entrevistas foram conduzidas pela Dra. Rhaiza Juliana Oliveira Vieira, advogada, cidadã externa à instituição, que realiza seleções com notório saber em políticas de igualdade racial, baseadas em quatro perguntas: nome completo do candidato; qual a área de escolha para o estágio; se haviam preenchido a autodeclaração; e as razões pela qual se autodeclaravam negros ou pardos. Terminados os questionamentos aos candidatos, a Comissão passou à deliberação. **Por unanimidade, a Comissão decidiu aprovar a autodeclaração de 2 candidatas, conforme Resolução CSDPU nº 222, de 1º de agosto de 2024.** Reunião encerrada. Nada mais havendo a tratar, a Advogada Ana Carolina Amaral de Menezes encerrou a reunião, agradecendo a

presença de todos. E para constar, eu, Ítalo Trindade, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Defensor responsável do IV Processo Simplificado de Direito para seleção de estagiários de Pós-Graduação em Direito para a área militar da Defensoria Pública da União no Amazonas.